

TEMA 8

~~Macroeconomia~~  
Economia Política  
Texto 1

CTC  
ANO - 1º FLS - 4  
BOM ESTUDO

A meus dois filhos,

Jeffrey e Andrew

# HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO

## Uma Perspectiva Crítica

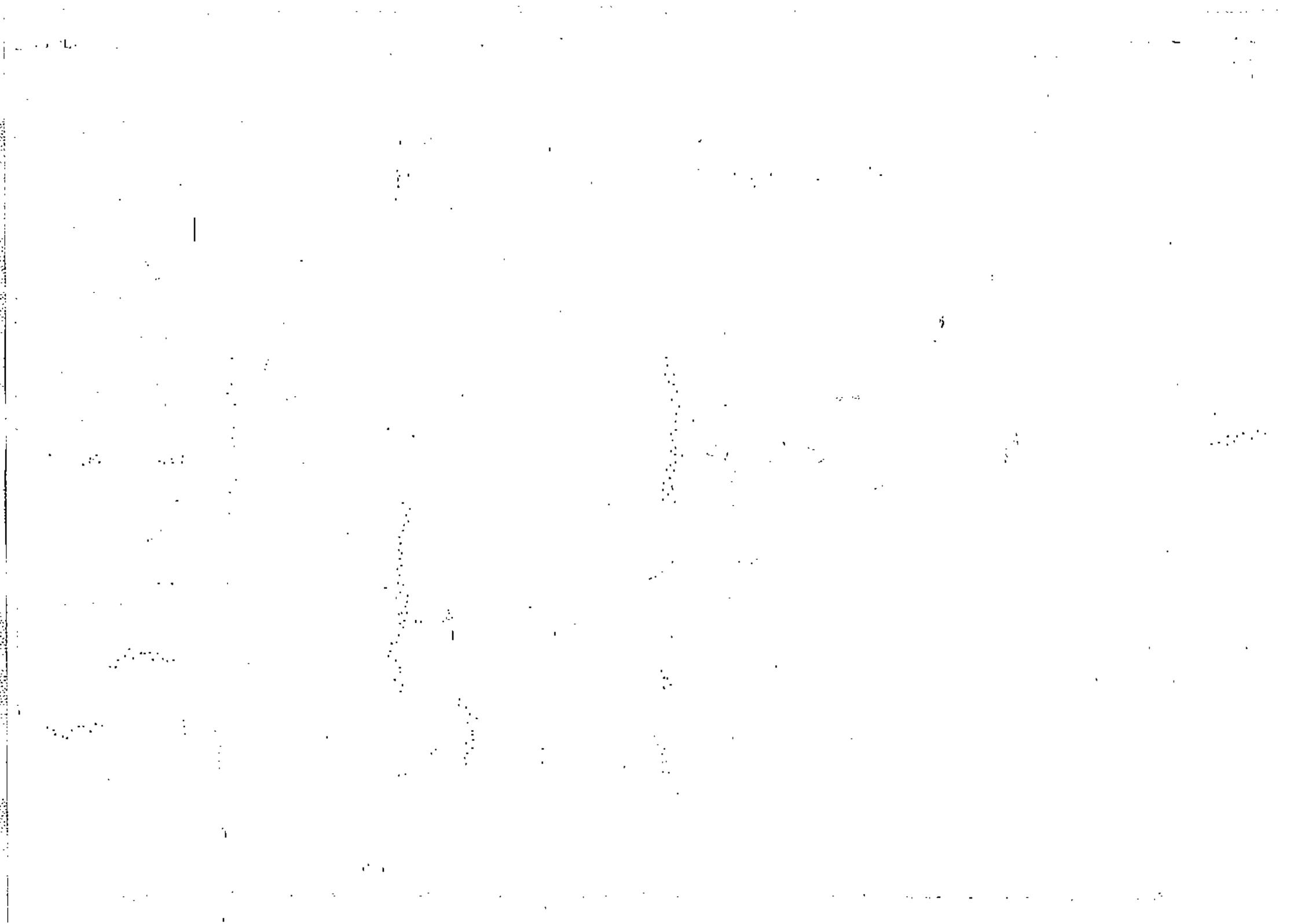
E. K. HUNT

University of Utah

TRADUÇÃO

José Ricardo Brandão Azevedo  
Master em International Business  
University of South Carolina

Editora  
**Campus**



a cidade e o campo tinham provocado uma escassez aguda de moedas. Como estas eram basicamente de ouro e prata, a necessidade destes metais era crítica. A partir mais ou menos de 1450, esta situação foi aliviada um pouco, quando os portugueses começaram a extrair metais da Costa do Ouro, na África, mas a escassez geral continuou até meados do século XVI. Daí em diante, houve uma entrada tão grande de ouro e prata vindos das Américas, que a Europa experimentou a inflação mais rápida e duradoura de sua História.

Durante o século XVI, os preços subiram, na Europa, entre 150 e 400%, dependendo do país ou da região. Os preços dos produtos manufaturados aumentaram muito mais depressa do que os aluguéis ou os salários. De fato, a disparidade entre preços e salários persistiu até fins do século XVII. Isto quer dizer que a classe dos proprietários de terras (ou a nobreza feudal) e a classe operária sofreram, porque suas rendas subiram menos rapidamente que suas despesas. A classe capitalista foi a grande beneficiária da revolução dos preços. Recebeu lucros cada vez maiores e pagou salários reais cada vez mais baixos, comprando matérias-primas que se valorizavam muito durante o tempo em que eram mantidas em estoque.

Estes lucros maiores foram acumulados como capital. O capital inclui as matérias-primas necessárias à produção e ao comércio e consiste de todas as ferramentas, equipamentos, fábricas, matérias-primas, produtos em elaboração, meios de transporte dos produtos e dinheiro. Existem meios físicos de produção em todos os tipos de sistema econômico, mas eles só podem tornar-se capital num contexto social em que existam as relações sociais necessárias à produção de mercadorias e à propriedade privada. Assim, o capital refere-se a mais do que simples objetos físicos; refere-se a um conjunto complexo de relações sociais. Em nossa discussão anterior, vimos que uma das características que definem o sistema capitalista é a existência de uma classe de capitalistas que possui o capital. É em virtude da propriedade deste capital que ela auferir seus lucros. Estes lucros são reinvestidos ou usados para aumentar o capital. Esta acumulação de capital leva a mais lucros, que, por sua vez, levam a mais acumulação, e o sistema continua numa espiral ascendente.

O termo *capitalismo* descreve de modo bastante correto este sistema de busca de lucro e de acumulação de capital. A propriedade do capital é a fonte dos lucros e, daí, a fonte de mais acumulação de capital. Mas este processo do "ovo e da galinha" teria que ter um começo. A acumulação inicial substancial ou acumulação primitiva de capital ocorreu no período que está sendo considerado. As quatro fontes mais importantes de acumulação inicial de capital foram: (1) o volume do comércio, que cresceu rapidamente; (2) o sistema industrial de produção doméstica; (3) o movimento dos cercamentos; (4) a grande inflação de preços. Havia muitas outras fontes de acumulação inicial de capital, algumas das quais eram menos respeitáveis e, muitas vezes, esquecidas — por exemplo, a pilhagem colonial, a pirataria e o comércio de escravos.

Durante os séculos XVI e XVII, o sistema de produção doméstica foi ampliado até tornar-se comum em quase todos os tipos de indústria. Embora ainda não fosse o tipo moderno de produção fabril, o maior grau de especialização do sistema permitiu significativos aumentos de produtividade. Os avanços técnicos da construção naval e da navegação também baixaram os custos do transporte. Assim, durante este período, a produção e o comércio capitalista prosperaram e cresceram muito depressa. A nova classe capitalista (classe média ou burguesia) substituiu, lenta, porém inexoravelmente, a nobreza como classe que dominava o sistema econômico e social.

O desenvolvimento das novas nações-estado assinálou o começo da transição para uma nova classe dominante. Os novos monarcas, geralmente, procuravam o apoio da classe média burguesa, em seu esforço de derrotar seus rivais feudais e unificar o estado sob um poder central. Esta unificação libertou os mercadores da confusão feudal de regulamentações, leis, pesos e medidas e moedas diferentes; consolidou muitos mercados e promoveu o comércio militar aos empreendimentos comerciais. Em troca, o monarca dependia dos mercadores para as tão necessárias fontes de receita.

Embora a Inglaterra tenha sido nominalmente unificada muito antes, só foi unificada quando Henrique VII (1485-1509) iniciou a dinastia dos monarcas Tudor. Henrique VIII (1509-1547) e Elizabeth I (1558-1603) conseguiram completar o trabalho de unificação da nação; apenas porque tiveram o apoio do Parlamento, que representava as classes dos condados e municípios. Nas revoluções de 1648 e 1688, a supremacia da nobreza, ou da classe média burguesa, foi finalmente estabelecida.

Em outras nações-estado capitalistas iniciais e importantes também surgiram nessa época. Na França, Luís XI (1461-1483) foi o primeiro rei a unificar efetivamente a França, após a época de Carlos Magno. O casamento de Fernão de Aragão e Isabel de Castela, em 1469, e a posterior derrota por eles infligida aos mouros levaram à unificação da Espanha sob a República Holandesa — a quarta nação-estado importante — só conseguiu sua independência em 1690, quando acabou expulsando os opressores espanhóis.

Até fins do século XVI e início do século XVII, quase todas as grandes cidades da Inglaterra, França, Espanha e dos Países Baixos (Bélgica e Holanda) já se tinham transformado em prósperas economias capitalistas, dominadas pelos mercadores capitalistas, que controlavam não só o comércio, mas também grande parte da indústria. Nas modernas nações-estado, coalizões de monarcas e capitalistas tinham retirado o poder efetivo da nobreza feudal de muitas áreas importantes, principalmente nas relacionadas com a produção e o comércio. Esta época do início do capitalismo é conhecida, geralmente, como *mercantilismo*.

### MERCANTILISMO

A fase inicial do mercantilismo — geralmente chamada *bulionismo* — originou-se no período em que a Europa estava passando por uma aguda escassez de ouro e prata em barreira; tendo, portanto, dinheiro suficiente para atender ao volume crescente do comércio foram estabelecidas políticas bulionistas para atrair ouro e prata para um país e manter no próprio país, proibindo-se sua exportação. Estas restrições duraram desde o Império Romano até os séculos XVI e XVII.

Na Espanha — o país para onde foi quase todo o ouro das Américas — aplicou restrições bulionistas por mais tempo e impôs a punição mais severa para a exportação de ouro e prata: a morte. Contudo, as necessidades do comércio eram tão urgentes e os lucros com a importação de mercadorias estrangeiras poderiam ser tão altos, que até na Espanha os mercadores capitalistas conseguiram subornar funcionários corruptos ou contrabandear grandes quantidades de barras de ouro e prata para fora do país. O ouro e a prata espanhóis logo penetraram em toda a Europa, tendo sido, em larga medida, responsáveis pelo longo período de inflação já descrito. A Espanha só legalizou a exportação de ouro e pra-

ta muito depois de as restrições bullionistas terem sido suspensas na Inglaterra e na Holanda, em meados do século XVI.

Após a época bullionista, a vontade dos mercantilistas de maximizar o ouro e a prata dentro de um país assumiu a forma de tentativas dos governos para conseguir um saldo favorável na balança comercial, quer dizer, ter mais dinheiro entrando no país do que dele saindo. Assim, as exportações de bens, bem como o transporte e os seguros (quando feitos por cidadãos do país e pagos por estrangeiros) foram estimulados, e as importações de bens e os custos de transporte e seguro pagos à estrangeiros foram desestimulados.

Um dos tipos mais importantes de política destinada a aumentar o valor das exportações e diminuir as importações foi a criação de monopólios comerciais. Um país como a Inglaterra poderia comprar mais barato (de uma área atrasada, por exemplo) se apenas um mercador inglês barganhasse com os estrangeiros, em vez de vários mercadores ingleses concorrentes pressionarem a elevação dos preços, na tentativa de ficar com o negócio. Analogamente, os mercadores ingleses poderiam vender suas mercadorias aos estrangeiros a preços muito mais altos, se houvesse apenas um vendedor, em vez de vários vendedores, baixando o preço para atrair os fregueses de cada país.

O Governo inglês podia proibir os mercadores ingleses de concorrer numa área onde tivesse sido concedido um desses monopólios. Mas era muito mais difícil manter afastados os mercadores franceses, holandeses ou espanhóis. Vários governos procuraram excluir estes mercadores estrangeiros rivais, estabelecendo impérios coloniais que podiam ser controlados pela metrópole, para assegurar um monopólio comercial. As possessões coloniais poderiam, com isso, fornecer matérias-primas baratas à metrópole e delas comprar produtos manufaturados caros.

Além de estabelecer monopólios, todos os países da Europa Ocidental (exceto a Holanda) aplicavam extensos regulamentos às atividades de exportação e importação. Estes regulamentos talvez fossem mais amplos na Inglaterra, onde os exportadores que achavam difícil concorrer com os estrangeiros recebiam devoluções de impostos ou, como se isto não bastasse, recebiam subsídios. Uma grande lista de matérias-primas pagava imposto de exportação, para que não saísse da Inglaterra. Assim, o preço que os mercadores industriais ingleses tinham que pagar por estas matérias-primas seria minimizado. Às vezes, quando estes artigos tinham uma oferta reduzida para os industriais ingleses, o Estado proibia completamente sua exportação. A indústria têxtil inglesa recebeu este tipo de proteção. No começo do século XVIII, ela representava aproximadamente a metade das exportações da Inglaterra. Os ingleses proibiram a exportação de quase todas as matérias-primas e produtos semi-acabados, como pele de carneiro, lã, fios para tecidos e fios de lã penteada, que eram usados pela indústria têxtil.

Medidas visando ao desestímulo das importações também eram muito comuns. A importação de algumas mercadorias era proibida, e outras mercadorias pagavam direitos alfandegários tão altos, que eram quase que eliminadas do comércio. Dava-se ênfase especial à proteção das principais indústrias de exportação da Inglaterra contra a concorrência estrangeira que tentasse penetrar nos mercados internos das indústrias exportadoras.

É claro que estas restrições beneficiavam alguns capitalistas e prejudicavam outros. Conforme era de se esperar, grupos especiais estavam sempre em conluio, para manter as restrições ou para estendê-las a diferentes áreas, de diferentes maneiras. Tentativas como

as *de Navegação* inglesas de 1651 e 1660 foram feitas para promover o uso de navios ingleses (fabricados na Inglaterra e com tripulação inglesa) no comércio de importação e exportação. Todas estas regulamentações do comércio exterior e dos transportes visavam a aumentar o fluxo de dinheiro para dentro do país e, ao mesmo tempo, diminuir o fluxo de dinheiro do país. É desnecessário dizer que muitas destas medidas também decorriam de apelos e pressões de grupos de interesse especiais.

Além destas restrições ao comércio exterior, havia um emaranhado de restrições e regulamentos destinados ao controle da produção interna. Além das isenções tributárias, subsídios e de outros privilégios usados para estimular a maior produção das indústrias importantes como exportadoras, o estado também se envolvia na regulamentação dos métodos de produção e da qualidade dos produtos produzidos. Na França, o regime de Colbert, no século XVII, codificou, centralizou e ampliou os antigos controles descentralizados das corporações de ofício. Técnicas de produção específicas tomaram-se obrigatórias e foram aprovadas amplas medidas de controle de qualidade, com inspetores nomeados em Paris, encarregados de fazer cumprir estas leis a nível local. Jean Baptiste Colbert, famoso ministro e conselheiro econômico de Luís XIV, foi o responsável pelo estabelecimento de regulamentos extensos e minuciosos. Na indústria têxtil, por exemplo, a largura de uma peça de tecido e o número exato de fios contidos neste tecido eram rigidamente especificados pelo Governo.

Na Inglaterra, o *Estatuto dos Artífices* (1563) transferiu, efetivamente, para o estado o controle das antigas corporações de artífices. Levou ao controle central sobre o treinamento dos trabalhadores da indústria, sobre as condições de emprego e sobre a alocação da mão-de-obra em diferentes tipos de ocupação. A regulamentação dos salários, da qualidade de muitas mercadorias e de outros detalhes da produção interna também foi tentada nesta época.

Não está exatamente claro até que ponto o pensamento mercantilista foi sinceramente motivado pelo desejo de aumentar o poder do estado ou até que ponto foi um esforço mal disfarçado para promover os interesses especiais dos capitalistas. A distinção é bastante importante, porque quase todos os mercantilistas acreditavam que a melhor maneira de promover os interesses do estado era promover políticas que aumentassem os lucros dos mercadores-capitalistas. De muito maior interesse são as idéias mercantilistas sobre uma questão que será sempre mencionada neste livro: qual é a natureza e quais são as fontes do lucro? São as idéias sobre esta questão que abordaremos no próximo capítulo.